



Forças Armadas

Alvo de radicais, Exército vai moderar perfis e excluir comentários de 'ódio'

— Regras para redes incluem ainda o bloqueio de autores de mensagens com 'linguagem inapropriada' e 'de cunho político ou ideológico'; Força afirma que medida não é censura

KARINA FERREIRA
SÃO PAULO
VINÍCIUS VALFRE
BRASÍLIA

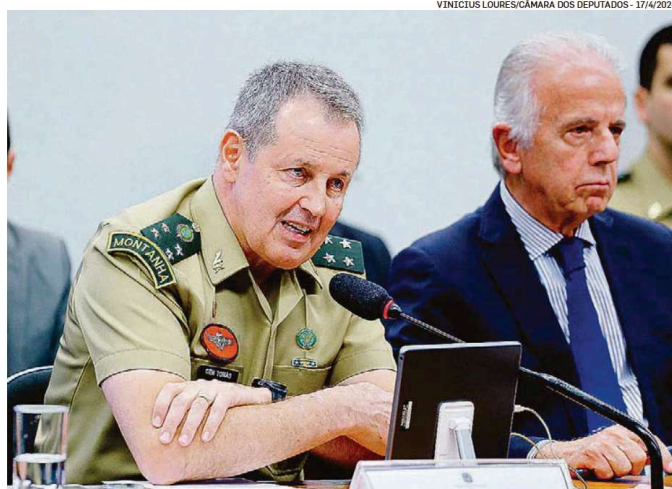
O Exército publicou regras que aplicará para excluir comentários e bloquear usuários que interagem com os perfis oficiais da Força nas redes sociais. De acordo com as diretrizes divulgadas na última semana, comentários com mensagens que "incitem o ódio" serão "moderadas e/ou excluídas", assim como aqueles que contenham "linguagem inapropriada", "opiniões de cunho político ou ideológico" e até os que usem "informações e imagem de pessoas e instituições indevidamente".

A Força Terrestre tem sido alvo de ataques de extremistas de direita nas redes. Em comentários nos perfis do Instagram e do X (antigo Twitter), apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) mantêm um discurso de que o Exército teria sido omissivo ao não embarcar em uma tentativa de golpe de Estado para impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao cumprir ordens do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

O documento com a "Política de moderação nas mídias sociais do Sistema de Comunicação Social do Exército Brasileiro (CComSEx)" foi criado na terça-feira passada. Um pesquisador de democracia no ambiente digital e combate à desinformação consultado pelo **Estadão** avaliou que o texto é desproporcional e abre margem para o cerceamento de críticas à instituição.

Integrantes do Exército afirmaram, por sua vez, que não haverá censura a críticas e que a iniciativa apenas disciplina a atuação diante de casos extremos. Disseram também que a intenção é somente fazer com que as caixas de comentários das publicações oficiais sejam um ambiente saudável, democrático e respeitoso, e que os militares estão abertos a aperfeiçoamentos e revisões dos critérios adotados.

"Ao utilizar os canais mantidos pelo EB (Exército Brasileiro) em redes sociais, o usuário estará ciente das regras de uso



O comandante do Exército, Tomás Paiva, e o ministro da Defesa, José Múcio, em audiência na Câmara

"O usuário que desrespeitar essas regras poderá ser bloqueado imediatamente, independentemente de justificativa, consulta ou aviso, e, conforme o conteúdo, as mensagens poderão ser encaminhadas às autoridades competentes"

Exército
No documento com a "Política de moderação nas mídias sociais"

e de convivência aqui descritas e de acordo com elas. O usuário que desrespeitar essas regras poderá, a critério do CComSEx, ser bloqueado imediatamente, independentemente de justificativa, consulta ou aviso, e, conforme o conteúdo, as mensagens poderão ser encaminhadas às autoridades competentes", diz o texto da Força Terrestre.

EMBATE. Seis dias antes de o documento ser apresentado, o comandante do Exército, general Tomás Paiva, esteve na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara e foi provocado por aliados de Bolsonaro sobre uma suposta "complacência" com Moraes. Apesar de as diretrizes terem sido divulgadas após a sessão marcada por críticas que ganharam repercussão, militares afirmaram que a política de moderação nas redes sociais já estava sendo elaborada anteriormente e houve apenas uma coincidência de datas.

Com a eleição de Lula e as consequências dos ataques do 8 de Janeiro, extremistas de direita passaram a criticar o Exército, algo que até então era mais comum entre setores da esquerda. O quadro ficou ainda mais intenso após a participação dos comandantes militares e do ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, em reunião na Câmara.

O deputado Marcel Van Hattem (Novo-RS) foi o que mais subiu o tom contra o comandante do Exército. "O senhor tem medo de Alexandre de Moraes, mas qual outra explicação? O senhor é cúmplice? Espero que não." O parlamentar gaúcho disse ainda ter "vergonha" pelos oficiais da ativa e da reserva. "O que o Exército e o

Ministério da Defesa estão fazendo é obedecendo a Alexandre de Moraes. É Alexandre de Moraes que manda. Não é a Constituição", afirmou.

Em resposta, o general Tomás Paiva rebateu o deputado. "Temos vergonhas diferentes. A minha vergonha, por exemplo, é quando alguém não cumpre a ética militar. E eu estou aqui de cara lavada para falar para o senhor que, em sede de ética militar, eu nunca falei uma mentira para a minha tropa, para os meus soldados, para o meu pessoal. Tenho vergonha de, buscando popularidade, não cumprir a lei. Disto eu tenho vergonha: não cumprir uma decisão judicial."

Repercussão
Discussão entre deputado do Novo e comandante do Exército durante sessão na Câmara ganhou as redes

VÍDEOS. O assunto não ficou restrito à Câmara e ganhou as redes sociais. Van Hattem publicou em seu perfil oficial vídeos em que ele aparece fazendo as acusações e o comandante ouvindo em silêncio.

Em uma conduta pouco usual na comunicação institucional, o Exército usou as mesmas plataformas para respon-

der às postagens do deputado e divulgou, em duas partes, a íntegra das respostas de Tomás Paiva a Van Hattem durante a sessão na Câmara. Antes do embate no Congresso, as publicações do Exército no X tinham uma média de 700 comentários. Depois, chegaram a entre 3 mil e 7 mil.

Entre as mensagens de usuários são comuns menções pessoais ao comandante e alegações de que o Exército "traíu a Pátria" e "lambe as botas do Xandão", em referência a Moraes, relator de inquéritos que investigam suspeita de tentativa de golpe de Estado e miram Bolsonaro e aliados militares.

CERCEAMENTO. Para o pesquisador em Harvard Caio Vieira Machado, que também é diretor executivo do Instituto Vero, as diretrizes do Exército são desproporcionais. Segundo ele, não há legitimidade da Força para decidir o que é ou não é verdade, nem para impedir manifestações e opiniões políticas de cidadãos.

"É um erro considerar que esse espaço dos comentários pertence ao Exército, que está se colocando como um moderador sem freios e contrapesos. Uma coisa é remover conteúdo que é, de fato, spam, que é, de fato, nocivo, como incitação à violência, que seria um crime. Mas quem garante que eles não vão cercear críticas políticas ou à própria instituição, que é direito de nós, cidadãos?", questionou.

Segundo o Exército, a moderação não representará censura, mas, sim, uma forma de dar transparência a eventuais exclusões e bloqueios de usuários considerados radicais. A iniciativa é considerada um "manual de instruções" para que "a própria liberdade de expressão seja respeitada tanto em relação à instituição quanto em relação aos demais usuários" das redes sociais.

As críticas feitas com "urbanidade", ainda que duras, não serão excluídas e os responsáveis não serão bloqueados, segundo a Força. Além disso, a moderação, disseram militares, também compreende eventuais esclarecimentos sobre versões "disonantes de fatos" que venham a surgir nas redes sociais. ●